

# **Psicologia e compromisso social: Re-pensando o trabalho dos psicólogos. Para quê e para quem?**

Natália Silva Colen <sup>1</sup>

GT: Trabalhadores e Movimentos Sociais

## **Resumo:**

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre o trabalho e suas implicações para a produção social, para tanto, teceremos discussões em torno do trabalho dos psicólogos e de suas implicações para a realidade social. Esse trabalho surge de alguns questionamentos e reflexões acerca da formação em psicologia e de seu modelo dominante e elitista, tanto em suas práticas como em seu desenvolvimento teórico. Desse modo, propõem-se discutir sobre as contribuições do saber psicológico para às demandas sociais, avaliando a importância do trabalho do psicólogo junto às classes populares, e aos movimentos sociais. Esse trabalho se justifica visto o cenário da realidade social em que vivemos no Brasil e na América Latina, em que as desigualdades sociais e a pobreza se alastram, tornando-se de extrema importância a construção de teorias e intervenções que desnaturalizem as relações de poder instituídas em nossa sociedade, se voltando para a melhoria de vida desses grupos populares. Torna-se relevante na medida em que se constata poucos estudos, pesquisas e investimentos da psicologia, acerca deste tema. O presente trabalho contribuirá para a construção de teorias e práticas de uma Psicologia comprometida com a construção de relações mais justas e igualitárias. Para realização do trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas.

Palavras chaves: psicologia, realidade social, empoderamento, classes populares, movimentos sociais.

## **Introdução:**

A formação do capitalismo proporcionou condições de expansão das grandes indústrias, concentrando a mão de obra, o mercado consumidor, os capitais acumulados, a infra-estrutura básica e as intervenções políticas. Concomitantemente, as grandes indústrias levaram ao crescimento desordenado da cidade (MAYER & ASSIS, 2006).

A partir do século XVIII, após a conquista política da burguesia, a cidade torna-se o espaço privilegiado do capitalismo, no que se refere à reprodução do capital, abrigando as grandes indústrias. A cidade então deixa de ser concebida como o destino de liberdade, felicidade e justiça, assim concebida pelos que sofriam a opressão no regime feudal e passa a ser vista como um grande negócio.

De acordo com MOISÉS (1985), atualmente, a cidade concentra os serviços de comunicação, saúde, educação, cultura, lazer entre outros, sendo assim, o centro ou a sede do poder político e econômico. Logo, torna-se o cenário das contradições próprias do

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

capitalismo: luxo, miséria, moderno, antigo, legal, ilegal, acessibilidade, exclusão, tudo isso “convivendo” no mesmo espaço.

A partir das considerações do autor, faz-se importante pensar nas contradições sociais que mergulha nossa sociedade, em especial a população Brasileira. Segundo dados do IBGE, o Brasil está entre os quatro países mais desiguais do mundo.

Para modificar esse cenário, seria necessário a mudança na forma de distribuição de bens, e uma implicação das classes populares a fim de fazer a mudança acontecer, como MAYER e ASSIS (2006), explanam:

São as massas trabalhadoras segregadas no espaço urbano que devem protagonizar a formulação e a implementação do seu projeto de cidade. Ao nosso ver, isso passa pela construção de estruturas concretas de poder popular, capazes de fazer frente ao poder do capital e em última instância, capaz de contrastar ao poder das elites. (MAYER e ASSIS, 2006,p.32)

Por isso, pensar ações voltadas para as maiorias populares, alvo dessas desigualdades e de condições precárias de vida, torna-se de extrema importância e urgência, na medida, em que eles podem ser os sujeitos dessa transformação. Com isso a Psicologia pode e deve trabalhar a favor da emancipação desse público, contribuindo para o empoderamento das classes populares, a fim de estimular a auto-gestão, a organização e a consciência crítica e política desses grupos, oferecendo subsídios para suas lutas e reivindicações.

Porém, poucos são os profissionais engajados com essas lutas, já que a grande parte da construção da ciência psicológica e de sua história tem os segmentos de uma formação alicerçada em um modelo dominante e elitista, servindo aos interesses das classes mais favorecidas economicamente.

Segundo MARTINS (2009), a profissão da Psicologia no Brasil foi se desenhando, não como uma resposta às necessidades sofridas pela sociedade ao longo dos anos, mas, em grande parte, por uma necessidade de distinção da profissão e demarcação de áreas de atuação. Elucida que nos 1960 e 1970 com as discussões sobre a redemocratização no país, começa-se também um pensamento sobre a atuação do psicólogo neste cenário. Inicia-se uma reflexão sobre a atuação destes profissionais junto à sociedade e as contribuições que poderiam ser geradas a partir de uma reformulação sobre o fazer em psicologia trazendo mudanças e proposta de ampliação e diversificação das práticas.

Assim, chega-se o momento em que o psicólogo deve atentar-se para a contribuição que sua profissão, e suas construções teóricas e práticas têm atendido à realidade social de seu país. A elucidação abaixo corrobora esta argumentação sobre a necessidade de ampliação no campo da psicologia:

O psicólogo deverá ampliar seu arcabouço teórico, revisar conceitos e, principalmente, romper com a noção de sujeito enquanto uma entidade liberal, autônoma, imanente, independente da cultura. A Psicologia não pode adiar esta revisão, é imperiosa a necessidade de adotar uma concepção de prática clínica que ultrapasse o “setting” psicoterapêutico individual e invada o território das relações sociais buscando visualizar e compreender, nas ações mais simples, toda a complexidade que nelas se esconde. Trata-se de uma forma de olhar que não pretende “simplificar” o complexo, mas, compreender a “complexidade” que se oculta por detrás da vida comum e cotidiana (MORIN,1996 *in* MOURA 1999,p.13.)

Aqui, acredita-se que o trabalho do psicólogo, suas intervenções, práticas e construções teóricas devem tecer conexões com os movimentos populares e movimentos sociais, a fim de resgatar o caráter participativo, reivindicador, resistente e político dos povos, grupos e coletivos oprimidos. Entende-se que a participação social é via e caminho para a transformação social, pois nenhuma mudança é possível sem que se questione a estrutura social vigente.

Segundo HABERMANS (2005), a participação social é um processo de aprendizagem, um mecanismo que contribui para o empoderamento da população promovendo o crescimento da consciência crítica. Em nossa sociedade por fatores históricos e políticos configurou-se a hegemonia da representatividade sobre a participação da sociedade civil. O autor esclarece que como consequência dessa realidade, a população se distancia da política, não atribuindo valor e nem crença em seu poder de participação.

Desse modo, acreditamos na necessidade de implantação de teorias, práticas, processos, projetos e espaços de discussão que sejam orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia, do bem comum para entrarmos definitivamente na instância da participação. Nesse sentido, entendemos que os movimentos sociais são atores e articuladores importantes para viabilização da Participação Social, promovendo transformações sociais importantes, eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil.

Entretanto, a fim de atuar para a transformação desse cenário social de nossa população e para práticas e construções teóricas menos elitistas, coloca-se a proposta e o ideal de uma Psicologia e uma ciência preocupada e engajada com os grupos populares, com as realidades sociais de nossa população e com práticas que contribuam para quebrar as ideologias dominantes, investindo no empoderamento e libertação das classes oprimidas.

É o que vai propor Martin-Baró, com a Psicologia da Libertação, cujo principal eixo articulador é a busca por superação de condições impostas por uma ordem social injusta, conflitiva e de opressão.

A fim de analisar e discutir o percurso elitista da história da psicologia e suas contribuições para a opressão dos povos, e para buscar reflexões e possibilidades da construção de um saber psicológico endereçado para as questões sociais será utilizada a Psicologia Sócio-Histórica.

Desse modo, trata-se de perguntar sobre quais as consequências históricas, em benefício de quem e de quem, que certo fazer psicológico está sendo produzido. Assim a Psicologia Social deve seguir em direção ao horizonte da luta democrática, com construção de análises sobre os mecanismos de reprodução de desigualdades e do desenvolvimento de intervenções e comprometimento com a mudança social.

### **Sobre a Psicologia e a emergência na construção de novos saberes/fazer**

Com a forma capitalista de produção, os países do Terceiro Mundo, a periferia do sistema, tornaram-se o centro da exploração do capitalismo. Com isso, se dá o crescimento das desigualdades na América latina, o que condicionou a forma de existir, a cultura, a política, instituições e história. No entanto esses países também foram palco de lutas, resistência pela busca de sua dependência política e econômica, sobretudo, por parte das classes populares (WOLFF, 2003).

Na década de 1970 uma grande crise do sistema dava margem aos questionamentos

sobre as possibilidades emancipatórias do capitalismo, em várias partes do mundo ocorriam problemas e “crises” nos terrenos político e social. Como, protestos estudantis, crise econômica, conflitos raciais, guerras, entre outros acontecimentos, que contribuíram para o alastramento das contradições sociais internas, antes já existentes.

Segundo WOLFF (2006):

A fim de questionar tal relevância, a luta de classes manifestava-se por meios de sindicatos, partidos e movimentos sociais (os agricultores sem terra, mulheres, negros, sindicalistas) exigindo um maior compromisso da universidade e da ciência com seu povo. (WOLFF, 2006, p.106 )

É nesse cenário e sobre essas bases que surge a Psicologia da Libertação, que incorpora a noção de opção preferencial pelos pobres e parte para o debate sobre o compromisso social da Psicologia.

Neste contexto a Psicologia também foi afetada pela crise social, pois os psicólogos não sabiam como lidar e enfrentar a realidade emergente. Surge então a relevância da psicologia para os pobres da América Latina, de estudos e práticas científicas comprometidas com a solução dos problemas sociais.

Neste mesmo clima e contexto um significativo setor da Igreja, muda seus investimentos e posições sociais, passando seus recursos materiais e espirituais para o lado dos pobres e de sua luta por uma sociedade nova.

Assim a Teologia da Libertação nasce articulada com as lutas do movimento social popular em toda a América Latina. Tem como chave hermenêutica fundamental a opção pelos pobres (FERRARO, 2003). Não se preocupando com os dogmas, mas com a ação dos cristãos em prol das mudanças sociais.

Como o nome confirma a Psicologia da Libertação se inspira na Teologia da Libertação e parte dos mesmos fatos que se refere à sarcástica falta de respeito pela dignidade do ser humano, que se reflete nos dados da realidade latino – americana, tem o mesmo sujeito epistêmico sendo ele, as maiorias populares como protagonistas de uma miséria coletiva, busca o mesmo objetivo, seu bem-estar físico, social e psicológico e põe-se diante dos mesmos obstáculos, os poderes estabelecidos que procuram a todo custo, continuar mantendo seus interesses (WOLFF apud BLANCO, 1998).

Segundo WOLFF (2006) a formulação da Teologia da Libertação deveu-se a uma reinterpretação, uma leitura marxista da bíblia, o que possibilitou a relação dialética entre a realidade social e o cristianismo católico, entre os oprimidos e a realização da prática de dimensão libertadora da religião.

Dessa forma a igreja deixa de ser um a instituição que fica na defensiva dos acontecimentos e passa a ser protagonista da transformação, se baseando na vida real política, econômica e social do povo, dos pobres e explorados.

Inspirado pela Teologia da Libertação, Martin-Baró (1986), propõe alguns elementos, segundo ele, fundamentais para a construção de uma Psicologia da Libertação. Entre eles: um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis.

Sobre a questão do novo horizonte, o autor faz algumas explicações colocando que a psicologia latino-americana deveria desprender-se de seus status científico e social para se ocupar com às necessidades das maiorias populares. Voltar seus esforços e preocupações para as necessidades de libertação das estruturas sociais que mantêm essas maiorias oprimidas.

Em relação a uma nova epistemologia, Ignacio Martín-Baró elucida que para servir à psicologia da libertação dos povos é necessário buscar uma nova forma de conhecimento.

Assumir uma nova perspectiva não supõe, obviamente, descartar todos nossos conhecimentos, o que supõe é a sua relativização e sua revisão crítica do ângulo das maiorias populares (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.193).

Contudo, essa nova perspectiva deve se dar a partir das próprias maiorias populares, ou seja, construir e pensar os possíveis saberes e intervenções com eles e a partir deles. Logo, a Psicologia da libertação deve se orientar pela perspectiva de que a verdade dos povos e as bases para sua libertação só serão possíveis, a partir, do povo oprimido, como confirma o autor:

A verdade dos povos latino-americanos não está em seu presente de opressão, mas em seu amanhã de liberdade; a verdade das maiorias populares não deve ser encontrada, mas sim, deve ser feita (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 192).

Para adquirir um novo conhecimento psicológico, necessita-se também a construção de uma nova práxis, comprometida com a transformação, na medida em que direciona suas ações para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Lutando pelo desenvolvimento de uma Psicologia latino-americana que contribua para a libertação de nossos povos (MARTÍN-BARÓ, 1986).

Com isso, a Psicologia da Libertação propõe um outro olhar da psicologia para os fenômenos sociais, lançando desse modo, algumas críticas ao modelo tradicional dominante e elitista do desenvolvimento da Psicologia.

Com base em uma perspectiva histórica, o desenvolvimento da Psicologia contemporânea esteve intrinsecamente vinculado à evolução das sociedades ocidentais. Não se trata apenas do fato de que as principais elaborações do que hoje constitui o corpo central da Psicologia tenha sido realizado nos centros intelectuais da Europa e dos Estados Unidos, mas que essa elaboração foi uma resposta mais ou menos intencional aos problemas humanos que surgiam com o crescimento econômico e social desses países. (MARTÍN-BARÓ, 1986.p.199)

Dessa forma, é apontado que em grande medida a história da psicologia, tem correspondido a uma ciência a serviço das demandas das minorias poderosas influenciando em seus estilos de vida e cultura, sem é claro, contribuírem na mesma medida para as maiorias populares, menos favorecidas economicamente.

E é a partir esse modelo do saber psicológico, que se torna importante e necessário pensar em uma Psicologia que volte seus interesses e seu saber para as classes populares, trabalhando para a desalienação e causar o empoderamento dessas classes. Para tanto se faz necessário, profissionais que se interessem em criar práticas de intervenção e construções teóricas que respondam às necessidades e demandas desse público. Pode-se enfatizar isso com a colocação:

Devemos libertar a psicologia daqueles lastros teóricos e técnicos que a marginalizam dos justos anseios das maiorias populares; devemos libertar a nós psicólogos latino-americanos, de todas aquelas travas que nos impedem de colocar-nos a serviço para a transformação de nossas sociedades (MARTÍN-BARÓ, 1986,p.214).

Dessa forma estaremos contribuindo então, para a construção de uma ciência preocupada com o contexto social e para uma sociedade menos injusta e opressiva.

### **Psicologia Sócio-Histórica e suas contribuições para um fazer psicológico comprometido com a realidade social**

*“Quero uma Psicologia que se metamorfoseie o tempo todo, acompanhando as mudanças da realidade de nosso país. Não podemos querer uma Psicologia que seja a cristalização de uma mesmice de nós mesmos” (BOOK, 1999).*

A psicologia sócio-histórica localiza o homem em um contexto histórico e pressupõe que as bases materiais ou as condições materiais influenciam e contribuem em sua forma de pensar e viver, assim, como em suas relações sociais.

A Psicologia Sócio-Histórica, “fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade como produção histórica dos homens que através do trabalho, produzem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas idéias; e a história como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de idéias incluindo a ciência e a psicologia”.(BOCK, 2009, p.17).

A Psicologia Sócio-histórica faz crítica ao modelo tradicional e individualizante da psicologia, construída nos moldes do capitalismo, que se omitia em relação ao contexto sócio-histórico de suas praticas contribuindo em grande medida para os interesses dos grupos dominantes. Como elucidado:

Estivemos sempre produzindo conhecimento e traduzindo-os em uma psicologia aplicada, de forma, a permitir o aumento do controle sobre os grupos sociais, a ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, a seleção do homem certo para o lugar certo, a higienização moral da sociedade, o controle do comportamento, a classificação e a diferenciação (BOCK, 2009, p.26).

Desse modo, corroborando às críticas direcionadas a uma Psicologia elitista, a Psicologia-Sócio-Histórica toma como ênfase em seus fundamentos epistemológicos e teóricos, o compromisso social da psicologia, além da realidade histórica do Brasil, a fim de direcionar sua intervenção para as necessidades e condições do grupo ou das pessoas à que presta serviço, e a quem de fato necessita.

A Sócio-Histórica expressa o compromisso com as questões da realidade brasileira, com uma ciência atenta às demandas da prática, com uma profissão, com um projeto ético-político relevantes para a nossa sociedade. (BOCK e GONÇALVES, 2009, p.11).

Contudo, pode-se dizer que a abordagem sócio-histórica contribui para um fazer psicológico comprometido com a realidade social, e mais acessível às classes menos favorecidas, na medida em que endereça suas construções teóricas e práticas para o

compromisso social e questiona os modos tradicionais de se fazer psicologia. Corroborando de certo modo, com as considerações da Psicologia da Libertação, como já visto, afirmando o que fora elucidado, BOCK (2009) escreve:

Se o propósito que se tem, com a produção de conhecimento, é produzir um saber crítico, desalienante, que possibilite intervenções psicológicas na direção da construção do sujeito de direitos e da transformação social, é preciso construções teóricas que contribuam para isso. Daí a necessidade de desnaturalizar os fenômenos e teorias psicológicas, pois a compreensão crítica da realidade requer a identificação da gênese e do curso dos fenômenos que a constituem (BOCK, 2009, p.24).

Assim, torna-se importante utilizar a teoria sócio-histórica para se pensar em intervenções psicossociais em comunidades ou grupos populares, como por exemplo, as ocupações urbanas, já que essa forma de fazer e construir psicologia contribui em alguma medida para essas intervenções e para a forma de se pensar nos desafios ainda colocados para a psicologia.

### **Considerações Finais:**

Pensar no vínculo que a Psicologia estabelece com a sociedade é de fundamental importância a fim de alçar reflexões sobre o que esta ciência tem produzido em prol das demandas sociais emergentes.

Book (1999) sugere a mudança do século como um importante momento de reflexão sobre o futuro da psicologia e sobre a atuação dos profissionais. Esclarece a importância de se pensar nas produções e práticas construídas pela psicologia e para quem a mesma tem se endereçado.

A psicologia ao longo da história vem se constituindo enquanto ciência de modo a dar conta das anormalidades para manter a ordem social, a calar e curar tudo o que é desviante. Desse modo, o saber psicológico foi se construindo pautado no paradigma do controle, a fim de calar as reais exigências, logo a contribuição dessa ciência para o coletivo de sujeitos foi se esvaziando.

Assim, a psicologia tem colocado seus interesses e ações em prol dos interesses dos grupos dominantes. Como esclarece BOCK (2009):

A história da psicologia, como ciência e profissão, se confunde nos diferentes momentos da organização social com os interesses de determinados grupos sociais e lança mão de seus instrumentos e saberes para responder a esses interesses. ((BOCK, 2009, p.42)

Desse modo, faz-se emergente que os psicólogos unam-se aos movimentos sociais e às classes populares, a fim de deselitizar seu público e suas práticas, contribuindo para a construção de relações mais saudáveis, justas, igualitárias e menos opressoras. É nesse sentido que teremos importantes conquistas e uma ciência e profissão que contribua para uma sociedade melhor.

### Referências Bibliográficas:

BOCK, A.M.B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, 1999, 4 (2). 315-329.

BOCK, Ana Mercê Bahia; GONÇALVES Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 4º.ed., 2009.

BOCK, Ana Mercê Bahia; GONÇALVES; Maria da Graça Marchina. **A Dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez., 2009.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. A psicologia (e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1999, vol.19, n.2, pp. 10-19. ISSN 1414-9893. Disponível em:

MAYER, Joviano Gabriel Maia; ASSIS, Mariana Prandini Fraga. **Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jovianogabriel.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jovianogabriel.pdf). Acesso em: 29/09/10

MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: Autor, (Org). Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º ed., 1985.

WOLFF E.A. Uma Psicologia para América Latina. In: GUZZO, R.S.L, JÚNIOR, F.L., orgs. **Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R.S.L, JÚNIOR, F.L., orgs. **Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

FERRARO B. A teologia da libertação: ligação fé- vida e a opção pelos pobres. In: GUZZO, R.S.L, JÚNIOR, F.L., orgs. **Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2009.